

Conflitos no campo e a reforma agrária

Resumo

Os resultados dos investimentos em melhorias para alavancar a produção do campo em um contexto de **Revolução Verde**, podem ser vistos sob duas óticas distintas, pois geraram aumento da produtividade e possibilidade de safras cada vez maiores, e praticamente acabaram com qualquer medo de que o aumento populacional pudesse criar uma situação de **escassez de alimentos**, ideia disseminada por alguns, principalmente no século XVIII, através das proposições da **teoria Malthusiana**. Por outro lado, entretanto, a modernização no campo causou impacto sobre a **estrutura agrária**. Pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção não atingiram produtividade suficiente para competir com grandes empresas agrícolas e se endividaram com empréstimos bancários solicitados para o investimento na mecanização das atividades, tendo como única forma de pagamento a venda da propriedade para outros produtores.

Outras consequências podem ser destacadas, tais como:

- As **plantations monocultoras** utilizam grandes extensões de terra e acabam se expandindo para áreas de florestas nativas por pressão dos ruralistas. Isso reduz a biodiversidade e apresenta enormes riscos, já que uma praga ou a queda do preço do produto no mercado podem pôr a perder toda a cadeia produtiva regional. Além disso, há a possibilidade da falta de alimentos, que pode ocorrer devido a plantação de apenas um tipo de vegetal.
- Aumento dos **latifúndios**, devido à falta de competitividade dos pequenos agricultores, fazendo com que os mesmos tenham que vender as suas terras.
- **Mecanização do campo** e o aumento de tecnologia, que diminuíram drasticamente a utilização do trabalho humano, causando desemprego e o **êxodo rural**, obrigando o trabalhador a buscar emprego nas fábricas e serviços nos centros urbanos, aumentando a população nas periferias das grandes cidades, colocando essas pessoas em condições precárias e de praticamente exclusão social.

É preciso destacar que, ao mesmo tempo que a revolução agrícola gerou o aumento da produtividade, todas essas novidades implantadas na produção agrícola trouxeram à tona diversas consequências, tais como os conflitos no campo.

Grande parte dos conflitos no campo brasileiro decorrem da má distribuição de terras, em que poucos detêm grandes extensões de terras enquanto muitos detêm pouca terra. Os grandes monopólios agrícolas permitiram o crescimento da economia brasileira, sempre puxando a balança comercial para cima, principalmente através das plantações de soja, no entanto, são reflexo das grandes desigualdades expressas

no campo, principalmente pela existência de grandes porções de terras nas mãos de poucos, com índices que apontam 2,3% dos proprietários concentrando 47,2% de toda área disponível à agricultura no País.

Outro aspecto a se destacar é que boa parte das terras são inutilizadas, 175,9 milhões, de um total de 400 milhões de hectares, são improdutivos no Brasil. Em relação a outras propriedades, percebe-se que nos últimos anos os minifúndios caíram de 8,2% para 7,8% da área total de imóveis; as pequenas propriedades, de 15,6% para 14,7%; e as médias, de 20% para 17,9%. As grandes propriedades foram de 56,1% para 59,6% da área total.

Essas disparidades geram revolta nos trabalhadores pela diminuição da oferta de trabalho, possibilitando a formação de grupos articulados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que reivindica a reforma agrária através da ocupação de latifúndios como forma de pressionar o governo a distribuir melhor as terras. O que ocorre em muitos casos é que as ocupações empreendidas pelo MST nem sempre são solucionadas pacificamente pelo Estado brasileiro, desencadeando assim conflitos no campo.

Como visto, ao mesmo tempo que a revolução agrária possibilitou um aumento na produção agrícola e impactou significativamente na economia, se tornando um pilar econômico de muitos países, percebemos que o uso de novas tecnologias acarretou em consequências sociais graves, acentuando as disparidades e conflitos no campo.

A área do **Bico do papagaio**, por exemplo, é uma região de intenso conflito até hoje. No dia 17/04/96, **dia da luta brasileira pela reforma agrária**, 19 pessoas foram assassinadas pela PM por ocupar terra de fazendeiro na região. Esse conflito ficou conhecido como conflito de **El Dorado dos Carajás**. A região do Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia e parte do recôncavo mineiro são até hoje as áreas mais violentas por conta de conflitos por terra.

Principais atores envolvidos nos conflitos no campo

Posseiro e Grileiro

Os posseiros são pessoas que tomam a posse de uma terra que não é sua. Essa atitude é justificada pela lei do Usucapião que faz um indivíduo ganhar a posse definitiva da terra se a desenvolveu produtivamente e morou nela por pelo menos 5 anos. Os grileiros falsificam documentos para se apropriar de terras que já têm posseiros, que já pertencem a outras comunidades ou ocupadas, mas com interesse de ser explorada. A falsificação do documento acontece com a prática de guardar o documento falso com grilos, o que deixa a aparência do papel mais antiga. Essa prática normalmente foi feita por gente importante dificultando a denúncia por parte dos grupos que na correlação de forças que sempre saem em desvantagem.

Madeireiros e Mineradoras

A exploração do pau Brasil, da cana de açúcar e da soja já representava um grande impacto ambiental, visto que para o desenvolvimento destas atividades o desmatamento é uma prática comum. O avanço da soja, do milho e da pecuária são os maiores responsáveis pela destruição da Amazônia, mas também houve o desmatamento causado pela criação de rotas de deslocamentos.

As famílias quando trabalhavam com a soja tinham o interesse indireto de que a agropecuária derrubasse a madeira, e passam muitas vezes a ser extratoras de madeira legal e sustentável podendo comercializar. A retirada deixa de ser a esmo e passa a ser planejada e controlada e é melhor para as famílias reduzindo os conflitos das pequenas famílias que trabalhavam com a soja.

Outra questão é que diferente da agricultura e da pecuária, atividades que podem ser adaptadas a vários espaços diferentes, a mineração só pode ocorrer onde o minério está. Isso faz com que as áreas que possuem minério sejam quase que automaticamente das mineradoras, gerando conflitos até com o agronegócio, não trazendo a população rival para dentro da mineradora. Essa prática comum até hoje no Brasil gera muitos impactos sociais e ambientais. Temos como exemplo Belo Monte e Mariana, onde o mercúrio polui fortemente o solo e as águas.

Além disso há esquemas de escravidão por dívida por meio dos “Gatos”. Esses atores sociais são pessoas que chegam até famílias que não tem o mínimo, oferecendo emprego, leva pra Amazônia paga a passagem de ônibus a mudança da família, um pouco de comida prometendo trabalho. Mas quando a pessoa chega é surpreendida com a notícia de que está devendo tudo que foi cedido para que ela trabalhasse no local. Sendo iludidos, chega longe da terra natal e trabalha em regime de escravidão por estar devendo tudo para esse gato, ao invés de receber o salário, o trabalho tenta compensar uma dívida gigante, por dever a passagem dele, da família, a mudança, a comida, a casa, o material de trabalho. Com uma dívida gigante, a pessoa não pode receber salário nem sair dali até pagar, trabalhando sem receber nada em regime similar ao da escravidão.

Criação de reservas indígenas e ambientais

A constituição de 88, dita constituição cidadã, visa o reconhecimento dos povos presentes no Brasil numa maior política de inclusão com teórico respeito aos indígenas e quilombolas. O nosso país tem número razoável de reservas, 12% das terras são de reservas sendo a região norte a que tem a maior concentração. A maior parte das reservas tem um contingente populacional pequeno em relação a sua área. Também por isso a fiscalização das reservas é falha. Apesar da lei, os conflitos de interesse dos atores que querem usar as terras como agronegócio, madeiras, tráfico internacional, etc, não permitem que a reserva se mantenha. Os dados mostram que houve mais desmatamento em áreas de reserva do que fora da Amazônia. O código florestal aprovado em 2012 favoreceu a bancada ruralista e não os ambientalistas transformando cada vez mais o espaço do campo num território hegemônico, violento e desigual.

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

Exercícios

1.



Velório das 19 vítimas

Em abril de 1996, 19 camponeses sem-terra foram mortos pela polícia militar no episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido no sudeste do Pará. Os participantes do Movimento dos Sem Terra faziam uma caminhada até a cidade de Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. Mais de 150 policiais foram destacados para interromper a caminhada, o que levou a uma ação repressiva extremamente violenta.

Adaptado de anistia.org.br.



Ato em solidariedade às 10 vítimas

Dez posseiros foram assassinados em maio de 2017 durante uma ação policial de reintegração de posse em um acampamento na Fazenda Santa Lúcia, no Pará, segundo informações da Comissão Pastoral da Terra. A reintegração foi realizada pelas Polícias Civil e Militar do estado.

agenciabrasil.ebc.com.br

redebrasilatual.com.br

Como indicam os episódios retratados nas reportagens, os conflitos pela posse da terra no Brasil nas últimas décadas persistem. Esses conflitos são decorrentes do seguinte processo:

- a) desqualificação do trabalhador rural
- b) encarecimento de insumos agrícolas
- c) reformulação de legislação específica
- d) concentração da propriedade fundiária
- e) expansão do crédito rural

2. No Brasil há uma elevada concentração de terras. Os latifúndios predominam, ocupando a maior parte da área enquanto os minifúndios têm pouca expressividade percentual. Sobre as características da estrutura fundiária brasileira, é correto afirmar que:
- a) Nas grandes concentrações fundiárias, geralmente existem grandes parcelas de terras ociosas.
 - b) Os pequenos produtores não têm problemas de endividamento no campo, em virtude das linhas de crédito oferecidas pelo Governo Federal.
 - c) A mecanização das lavouras nas grandes propriedades tem contribuído para a fixação do homem no campo.
 - d) No Brasil as maiores áreas de tensão e conflitos por disputa de terras estão localizadas na região Sul.
 - e) A Revolução Verde possibilitou que todos tivesse acesso à terra, o que levou à diminuição do número de conflitos no campo.

3. **Álcool, crescimento e pobreza**

O lavrador de Ribeirão Preto recebe em média R\$ 2,50 por tonelada de cana cortada. Nos anos 80, esse trabalhador cortava cinco toneladas de cana por dia. A mecanização da colheita o obrigou a ser mais produtivo. O corta-cana derruba agora oito toneladas por dia. O trabalhador deve cortar a cana rente ao chão, encurvado. Usa roupas mal-ajambradas, quentes, que lhe cobrem o corpo, para que não seja lanhado pelas folhas da planta. O excesso de trabalho causa a birola: tontura, desmaio, câibra, convulsão. A fim de agüentar dores e cansaço, esse trabalhador toma drogas e soluções de glicose, quando não farinha mesmo. Tem aumentado o número de mortes por exaustão nos canaviais. O setor da cana produz hoje uns 3,5% do PIB. Exporta US\$ 8 bilhões. Gera toda a energia elétrica que consome e ainda vende excedentes. A indústria de São Paulo contrata cientistas e engenheiros para desenvolver máquinas e equipamentos mais eficientes para as usinas de álcool. As pesquisas, privada e pública, na área agrícola (cana, laranja, eucalipto etc.) desenvolvem a bioquímica e a genética no país.

Folha de S.Paulo, 11/3/2007 (com adaptações)



Folha de S. Paulo, 25/3/2007.

Confrontando-se as informações do texto com as da charge acima, conclui-se que

- a) A charge contradiz o texto ao mostrar que o Brasil possui tecnologia avançada no setor agrícola.
- b) A charge e o texto abordam, a respeito da cana-de-açúcar brasileira, duas realidades distintas e sem relação entre si.
- c) O texto e a charge consideram a agricultura brasileira avançada, do ponto de vista tecnológico.
- d) A charge mostra o cotidiano do trabalhador, e o texto defende o fim da mecanização da produção da cana-de-açúcar no setor sucroalcooleiro.
- e) O texto mostra disparidades na agricultura brasileira, na qual convivem alta tecnologia e condições precárias de trabalho, que a charge ironiza.

4. Coube aos Xavante e aos Timbira, povos indígenas do Cerrado, um recente e marcante gesto simbólico: a realização de sua tradicional corrida de toras (de buriti) em plena Avenida Paulista (SP), para denunciar o cerco de suas terras e a degradação de seus entornos pelo avanço do agronegócio.

RICARDO, B.; RICARDO, F. Povos indígenas do Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006 (adaptado).

A questão indígena contemporânea no Brasil evidencia a relação dos usos socioculturais da terra com os atuais problemas socioambientais, caracterizados pelas tensões entre

- a) A expansão territorial do agronegócio, em especial nas regiões Centro-Oeste e Norte, e as leis de proteção indígena e ambiental.
- b) Os grileiros articuladores do agronegócio e os povos indígenas pouco organizados no Cerrado.
- c) As leis mais brandas sobre o uso tradicional do meio ambiente e as severas leis sobre o uso capitalista do meio ambiente.
- d) Os povos indígenas do Cerrado e os polos econômicos representados pelas elites industriais paulistas.
- e) o campo e a cidade no Cerrado, que faz com que as terras indígenas dali sejam alvo de invasões urbanas.

5. TEXTO I

“A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas.”

Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011 (adaptado).

TEXTO II

O pequeno proprietário rural é igual a um pequeno proprietário de loja: quanto menor o negócio mais difícil de manter, pois tem de ser produtivo e os encargos são difíceis de arcar. Sou a favor de propriedades produtivas e sustentáveis e que gerem empregos. Apoiar uma empresa produtiva que gere emprego é muito mais barato e gera muito mais do que apoiar a reforma agrária.

LESSA, C. Disponível em: www.observadorpolitico.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011 (adaptado).

Nos fragmentos dos textos, os posicionamentos em relação à reforma agrária se opõem. Isso acontece porque os autores associam a reforma agrária, respectivamente, à

- a) redução do inchaço urbano e à crítica ao minifúndio camponês.
- b) ampliação da renda nacional e à prioridade ao mercado externo.
- c) contenção da mecanização agrícola e ao combate ao êxodo rural.
- d) privatização de empresas estatais e ao estímulo ao crescimento econômico.
- e) correção de distorções históricas e ao prejuízo ao agronegócio.

6. Leia a notícia.

“Um grupo de indígenas que protestava contra a mudança no processo de demarcação de terras cercou nesta quinta-feira [18.04.2013] o Palácio do Planalto. De acordo com um dos representantes do movimento, Neguinho Tuká, a população indígena não foi ouvida durante o processo de elaboração da PEC 215 e teme perder suas terras com as mudanças. “Índio sem terra não tem vida”, declarou o coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Marcos Apurinã. “Não aceitamos e não vamos aceitar mais esse genocídio.” O grupo é o mesmo que, na última terça-feira, 16, invadiu o plenário da Câmara dos Deputados em protesto contra a PEC 215, que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.”

Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br>. Adaptado.

São processos que vem contribuindo para o acirramento da tensão social envolvendo a população indígena no campo brasileiro:

- a) o avanço das atividades agrícolas, mineradoras e pecuárias de grande porte; a instalação de usinas hidrelétricas em terras indígenas; e a permanência da concentração de terras no país.
- b) a expansão da reforma agrária; o aumento do desemprego no campo; e a ausência de políticas de assistência social destinada a população indígena.
- c) o avanço das atividades agrícolas, mineradoras e pecuárias de grande porte; a expansão da reforma agrária; e a reivindicação da população indígena de direitos não previstos na Constituição Federal.
- d) a expansão da reforma agrária e da agricultura familiar; a instalação de usinas hidrelétricas em terras indígenas; e a permanência da concentração de terras no país.
- e) a expansão da agricultura familiar no país; o aumento do desemprego no campo; e a ausência de políticas de assistência social destinada a população indígena.

7. As disputas territoriais podem ocorrer em diferentes escalas geográficas, envolvendo agentes sociais também diversificados.



O Globo, 30/01/2010

Os quadrinhos acima abordam simultaneamente a violência dessas disputas nas seguintes situações:

- invasão de terras indígenas - guerras convencionais deflagradas por potências regionais
 - conflitos fundiários no campo - intervenções militares realizadas por governos nacionais
 - apropriação de terras improdutivas - extermínio de minorias efetuado por exércitos regulares
 - ocupação de reservas ambientais - perseguição de populações civis promovida por milícias locais
 - invasão de reservas ambientais – conflitos por habitação no espaço urbano
8. “Tem muita gente sem terra tem muita terra sem gente”

Cartaz do MST, inspirado nos versos de lavradores de Goiás.

A luta pela terra no Brasil existe há décadas e já fez várias vítimas entre trabalhadores do campo, religiosos e outros. Entre as principais razões dos conflitos de terra no Brasil, pode-se citar:

- a disputa pelas poucas áreas férteis em nosso território, típico de terras montanhosas.
- a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos e a ausência de uma reforma agrária efetiva.
- a divisão excessiva da terra em pequenas propriedades, dificultando o aumento da produção.
- a perda do valor da terra agrícola pelo crescimento da industrialização no nosso país.
- a utilização intensiva de mão-de-obra permanente, onerando o grande produtor rural.

9. CANÇÃO DOS SEM-TERRA

A enxada sobe e desce na terra encharcada

Sobe e desce

A vontade do homem que a sustenta,

de ser dono da terra lavrada,

da terra tratada.

A enxada sobe e desce no massapé moreno,

Desde o nascer do sol ao cair do sereno.

A enxada cortando e a terra cavando

vai no homem plantando

a noção da injustiça que faz dele um escravo.

E a noção da injustiça lhe traz outra noção,

Que a ele pertence o tesouro maior,

A força do braço, a vontade do bravo,

Os caminhos da terra.

Então vai percebendo e daí entendendo

uma nova noção, que os caminhos da terra conduzem eles a libertação.

Extraído do Livro – Crônicas do Milênio - Olival Honor de Brito – Membro do Instituto Cultural do Cariri – Coleção Itaytera –
Nº 25

No texto acima, verificam-se tanto um alerta quanto à necessidade de uma reforma agrária quanto um fato evidenciado nos últimos anos, que é o da necessidade dos trabalhadores se organizarem para conquistar seus objetivos.

A alternativa abaixo que expressa corretamente os processos que envolvem as relações de trabalho e produção no campo brasileiro é:

- a) O processo de modernização na agropecuária brasileira somente foi possível a partir da promulgação da “Lei de Terras” de 1850, onde a mesma permitiu uma lenta mas efetiva reforma agrária ao longo dos anos.
- b) Estudos da pastoral da Terra apontam que a diminuição dos conflitos no campo vem ocorrendo de forma vertiginosa, e que os mesmos são decorrentes, por um lado, da ação histórica arbitrária e opressiva do Estado e, de outro, da ofensiva dos trabalhadores rurais sem-terra na ocupação dos latifúndios.
- c) O modelo agrícola de exportação brasileira é baseado na monocultura e apoia-se na concentração da propriedade rural, como por exemplo o cultivo da monocultura soja.
- d) Com a mecanização e o avanço tecnológico, as atividades agrícolas não estão sujeitas à influência dos fatores naturais.
- e) Uma política consistente de soberania alimentar no Brasil não tem relação com a necessidade de Reforma Agrária e adoção de uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção.

- 10.** Em texto publicado no jornal "O Estado de São Paulo", no dia 8 de junho de 2012, Aldo Rebelo explica que "o objetivo central do novo Código Florestal é deixar o agricultor trabalhar em paz e em harmonia com o meio ambiente", de forma que se possa conciliar preservação e crescimento econômico. O deputado assegura que, com base na nova legislação, é "possível enfrentar a ilegalidade de boa parte da atividade agrícola e da pecuária em razão das restrições impostas, com um mínimo de criatividade, que permita aos estados, dentro das exigências atuais, preservar os percentuais mínimos de cada bioma, adaptando-se às condições locais, ao modelo de ocupação do território e à estrutura da propriedade da terra".

O projeto do novo Código Florestal é muito polêmico em razão de:

- a) opor interesses da bancada ruralista aos da bancada ligada à área ambiental.
- b) propor o uso de áreas de preservação para projetos turísticos.
- c) propor a diminuição de áreas de reflorestamento com a ampliação de áreas para cultivo e criação.
- d) defender o uso de espaços de floresta para construção de usinas hidrelétricas.
- e) não ser tão rígido com o desmatamento florestal.

Gabarito

1. **D**

A questão aborda as consequências de um processo histórico da concentração de terras na mão de poucas pessoas, que são grandes grupos que se utilizam da terra principalmente para o mercado externo.

2. **A**

O Brasil é caracterizado pelo pequeno número de latifúndios, ou seja, pouco imóveis rurais, mas que ocupam grandes extensões de terras, as quais os donos só utilizam em parte. Deste cenário surgem inúmeras reivindicações e conflitos em busca de uma reforma agrária que utilize essas terras improdutivas para tal fim.

3. **E**

O texto destaca os dois lados da modernização da agricultura. De um lado a mão de obra humana tentando alcançar o mesmo nível de produtividade das máquinas, e de outro as máquinas cada vez mais desenvolvidas. A charge reforça a problemática das precárias condições de trabalho apontadas no texto.

4. **A**

Inicialmente, o avanço da fronteira agrícola se deu da região Sul em direção ao Centro-Oeste e atualmente está indo em direção à região Norte. Esse avanço criou conflitos entre os chamados posseiros e os povos indígenas. Esse conflito se dá pelo avanço das áreas agricultáveis sob as terras indígenas. Cabe destacar que a terra para os povos indígenas está ligada às questões culturais, fazendo com que o governo crie áreas de proteção indígena e ambiental para manutenção de sua cultura.

5. **E**

Os textos apresentados apontam duas visões distintas sobre a Reforma Agrária. O primeiro destaca a importância dessa medida pois quase metade das terras no Brasil estão concentradas nas mãos de poucas pessoas, o que faz com que muitas outras não tenham acesso a ela. O segundo texto traz uma visão diferente, ele defende o investimento em grandes latifúndios como forma de gerar empregos, ou seja, subordinando o trabalhador rural aos desígnios do grande latifundiário.

6. **A**

A opção destaca corretamente as principais causas das reivindicações dos grupos indígenas no Brasil, tais como, o avanço de atividades como o cultivo da soja que vem demandando grandes extensões de terra e causando um grande impacto ambiental e social, a questão energética com a construção de hidrelétricas que acabam gerando o alagamento de grandes áreas e a inalterada estrutura fundiária brasileira.

7. **B**

As cenas de tiros de revólver e os diálogos associados às cenas do quadrinho remetem ao contexto dos conflitos fundiários rurais, envolvendo a apropriação ilegal de terras por parte de agentes sociais poderosos. Ao mesmo tempo, a indagação acerca das formas modernas de resolução de conflitos de terras no mundo moderno e a explosão da bomba no último quadrinho reportam o observador às intervenções militares realizadas pelas grandes potências mundiais em defesa de seus interesses.

8. B

A frase aponta a existência da concentração de terras no Brasil, onde há poucos latifúndios, mas de grande extensão e que se concentram nas mãos de alguns poucos proprietários rurais. Esse cenário acaba impulsionou a formação de movimentos que reivindicam a reforma agrária como uma forma de distribuição mais igualitária da terra.

9. C

A soja é uma das principais commodities brasileiras e encontra-se em processo de expansão em direção à região norte do país, com a formação de latifúndios agrícolas, exercendo assim pressão sobre os grupos sociais locais.

10. A

As legislações brasileiras referentes ao espaço rural refletem as disputas que permeiam esse espaço, sendo possível identificar as demandas dos grupos envolvidos, formando assim uma complexa rede normativa. O projeto do novo Código Florestal é marcado por opor a bancada ruralista e a bancada ligada à área ambiental.